



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DA BARQUINHA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA Nº04/2014

----ATA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DA BARQUINHA, REALIZADA EM SESSÃO ORDINÁRIA, AOS VINTE E SEIS DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E CATORZE. -----

Aos vinte seis dias do mês de Setembro do ano de dois mil e catorze, pelas vinte e uma hora reuniram, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Vila Nova da Barquinha, sob a presidência do Senhor Rui Monteiro Picciochi, tendo como primeiro secretário o Senhor João Manuel Alves Gralha e segundo secretário o Senhor Inocência Rodrigues Cruz, convocada nos termos do nº1, do artigo 27º, da Lei nº75/2013, de 12 de Setembro, conforme anúncio público afixado por Edital, a dezoito de Setembro de dois mil e catorze, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

-----Ponto um - Expediente, informações e aprovação da ata; -----

-----Ponto dois – Informação escrita a apresentar pelo Senhor Presidente da Câmara ao abrigo da alínea c), do nº2, do artº 25º, da Lei nº75/2013, de 12 de Setembro; -----

-----Ponto três – Tomada de posição das Ligas dos Amigos dos Hospitais de Abrantes, Tomar e Torres Novas sobre a aplicação da Portaria nº82/2014 de 10 de Abril; -----

-----Ponto quatro – Pedido de autorização, nos termos do nº2, do artº 64º, da Lei nº83-C/2013, de 31 de Dezembro, para abertura de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

procedimento concursal comum com vista a constituição de três relações jurídicas de emprego público; -----

----- Ponto cinco – Pedido de aprovação da Constituição da Associação de Municípios do Vale do Tejo – Lei nº36/2014, de 26 de Junho, bem como os seus estatutos; -----

----- Ponto seis – Fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), artigo 112º, nº5, do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI) e Majoração das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), a aplicar a prédios degradados; -----

----- Ponto sete – Fixação da participação no IRS para o ano de 2015; ---

----- Ponto oito – Fixação da Derrama para o ano de 2015; -----

-----Feita a chamada verificou-se a presença dos seguintes deputados da Assembleia Municipal, Senhores. -----

-----Rui Monteiro Picciochi; -----

-----João Manuel Alves Gralha; -----

-----Paulo Fernando da Graça Constantino; -----

-----José Maria Chambel Esteves; -----

-----José Pereira de Sousa; -----

-----César Augusto da Silva Barros Cardigos; -----

-----Inocêncio Rodrigues Cruz; -----

-----Manuel Maria Pequito Cardoso; -----

-----Vitorino Gomes Monteiro; -----

-----João Fernando Mexia Machado; -----

-----Manuel Maria Ferreira Honório; -----

-----José Miguel Baptista Homem; -----

-----Benjamim dos Santos Abalada Reis; -----

-----Nuno Miguel Reis Marques Sousa Gomes; -----

-----Anabela Pereira Cardoso Queiroz; -----

-----Eduardo Cristóvão Gil de Oliveira; -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----João Filipe Ricardo; -----

-----Paula Alexandra Vieira Duarte; -----

-----Manuel de Oliveira; -----

-----Nos termos do art.º 48º, da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, na redação dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, esteve presente o Senhor Presidente da Câmara, Fernando Manuel dos Santos Freire, os Senhores Vereadores Rui Constantino Martins, Ricardo Manuel Ramalhete Honório, Rosa Maria Claudino Fernandes Garrett e Luís Manuel dos Santos Valente. -----

Após confirmar a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a sessão. -----

O Senhor Presidente da Assembleia solicitou um minuto de silêncio pelo falecimento do Senhor Drº Luís Manuel Vieira Vaz de Macedo que foi Vereador da Câmara Municipal e Deputado da Assembleia Municipal. -----

----- EXPEDIENTE -----(Vide anexo 1)-----

Do expediente recebido o Senhor Presidente da Assembleia salientou o ofício enviado pelo Revisor Oficial de Contas sobre a situação financeira semestral do Município, lamentou não ter entregue mais cedo aos Senhores Deputados, mas só o recebeu no dia anterior à sessão. -----

Referiu também ofício do Tribunal de Contas sobre a conta de gerência de 2007. -----

Por último mencionou que as atas da Câmara Municipal, estão na pasta do expediente se entenderem podem consultá-las. -----

Dada a palavra as Senhores Deputados expuseram o seguinte: -----

= Intervenção do Senhor Deputado Eduardo de Oliveira – “Em relação à homologação das contas de dois mil e sete, queria dizer que estamos em dois mil e catorze e na minha opinião este documento deveria ser enviado ao elementos do executivo da altura, bem como aos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

membros da assembleia municipal da altura”; -----

= **Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo** - “A homologação das contas pelo Tribunal de Contas, demoram assim tantos anos? A referência à legislação no referido ofício é toda depois da data de dois mil e sete, ou seja, é posterior às contas apresentadas.” ----

= **Intervenção do Senhor Deputado Inocêncio Cruz** - “Eu também queria chamar atenção sobre esse aspeto, é que quem redigiu este documento, estando a fazer uma apreciação de uma conta de gerência de dois mil e sete e depois vem aplicar o pressuposto da Lei número oito de dois mil e doze, não faz muito sentido. Em relação à intervenção do Senhor Deputado Eduardo de Oliveira poderá sempre enviar-se ao órgão executivo e órgão deliberativo da altura, mas penso que não lhes fará grande diferença.” -----

= **Intervenção do Senhor Presidente da Assembleia** - A leitura que faço deste documento é que a nova legislação vai dificultar a habitual apresentação do orçamento com receitas empoladas. Não enviei o documento para a Câmara, porque o recebeu também.” -----

----- APROVAÇÃO DA ACTA -----

O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** submeteu à apreciação a ata número três, da reunião de vinte e sete de Junho de dois mil e catorze, cujo texto foi previamente distribuído a todos os membros deste órgão deliberativo. -----

----- **Não havendo intervenções por parte dos Senhores Deputados, foi submetida à votação o projeto de ata número três, da reunião realizada a vinte e sete de Junho de dois mil e catorze, a qual foi aprovada por maioria, com uma abstenção do Senhor Deputado Nuno Gomes do PPD/PSD e dezoito votos a favor dos Senhores Deputados Manuel de Oliveira do CDS, Anabela Queiroz, Eduardo de Oliveira do PPD/PSD, João Filipe Ricardo e Paula Duarte da CDU e**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

João Gralha, Inocêncio Cruz, Paulo Constantino, José Chambel, Vitorino Monteiro, José Sousa, César Barros, Manuel Cardoso, João Machado, Benjamim Reis, Manuel Honório, Miguel Homem e Rui Picciochi do PS. -----

Foi dada a palavra ao Senhor **Deputado João Filipe Ricardo** que leu uma intervenção cujo tema é “Unidade, Coesão e Confiança.” – **(Vide anexo 2)** -----

----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

Após as inscrições para o período antes da ordem do dia, registaram-se as seguintes intervenções por parte dos Senhores Deputados da Assembleia Municipal: -----

Foi apresentada uma Moção pelos eleitos da CDU, lida pelo Senhor Deputado João Filipe Ricardo – (vide anexo 3) -----

Posta à votação a sua admissibilidade esta foi aprovada por unanimidade. Para discussão da Moção inscreveu-se o Senhor deputado João Filipe Ricardo: -----

= Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo – “Um pormenor que não está muito claro mas penso que é importante, esta medida é de alguma forma discricionária, este fundo, é um fundo de garantia, mas será garantia só para alguns porque vai servir para pagar dívidas de Câmaras que estão individadas de forma desastrosas. Isto vai obrigar as Câmaras que cumpriram, que tiveram cuidado na sua gestão, a transferir uma verba importante e que lhe faria falta para o investimento, como é o caso de Vila Nova da Barquinha. Isto é de fato, uma coisa lamentável, e vai penalizar quem tem cumprido.” -----

Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara informou o seguinte: -----

“O Fundo de Apoio Municipal (FAM) é um problema que surge na sequência de alguma incapacidade financeira nas autarquias locais, de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

assumirem os seus compromissos, e vai onerar em princípio, trezentos mil euros a Vila Nova da Barquinha. O pagamento será faseado e a participação no FAM, implicará um valor em média anual de quarenta mil euros. Este sistema funcionará como um fundo que depois será reembolsado. Em termos financeiros vai acarretar mais dificuldades aos parques recursos que já dispomos. Há falta de transferência de fundos por parte do orçamento geral do estado, que passou a ser significativo, é criado mais uma amputação à autonomia do poder local. Foi a solução escolhida pelo governo. Julgo que não é a melhor, provavelmente haveriam outras soluções que podiam passar pelo recurso ao sistema bancário. Mas, sobre esta temática é a Lei que temos, podemos criticá-la em termos políticos, mas em termos legais temos que a cumprir.” ----
“O Senhor **Presidente da Assembleia** lembrou os Senhores Deputados que o que está em discussão é a Moção e que esta tem duas componentes: uma com o Fundo de Apoio Municipal e a outra componente com o problema da Lei das Finanças Locais. Na minha perspectiva são dois problemas distintos os quais deviam ser discutidos em separado. Eu próprio não estou de acordo com o problema do Decreto em relação ao Fundo de Apoio Municipal. Pessoalmente não estou de acordo com a Moção pois ela trata de dois assuntos diferentes.” -----

Posta a votação a Moção foi aprovada por maioria com 2 votos a favor dos Senhores Deputados Paula Duarte e João Filipe Ricardo da CDU, 7 abstenções dos Senhores Deputados Inocêncio Cruz, José Chambel, Miguel Homem, Benjamim Reis, Manuel Honório, João Gralha e João Machado do PS e 10 votos contra dos Senhores Deputados Nuno Gomes, Anabela Queiroz e Eduardo de Oliveira do PPD/PSD, Manuel de Oliveira do CDS e Paulo Constantino, José Pereira Sousa, César Cardigos, Manuel Cardoso, Vitorino Monteiro e

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Rui Monteiro Picciochi do PS. -----

= O Senhor **Presidente da Assembleia** informou: “A razão da minha votação contra, tem a ver com o teor da Moção onde se misturaram dois problemas.” -----

= **Intervenção da Senhora Deputada Paula Duarte** – “A minha intervenção é no sentido de questionar e solicitar um esclarecimento que caberá ao executivo esclarecer. É do meu conhecimento que há a possibilidade das autarquias poderem concorrer a um fundo do banco europeu de investimento, devido a um acordo que este realizou com o Governo Português. Este permite às Câmaras pedirem financiamento com juros baixos, para obras enquadradas em determinadas características e que estejam integradas sobretudo no último quadro de investimento, ou seja, o anterior àquele que está a decorrer. Eu não sei se o Município de Vila Nova da Barquinha terá alguma obra que se enquadre na possibilidade desta candidatura. Contudo o que se passa com esta possibilidade de candidatura, é que devido a uma dívida da Resitejo que foi reflectida em todos os Municípios que fazem parte do Médio Tejo, que ficam fortemente prejudicados com a nossa capacidade de endividamento que é contabilizada na altura de fazer a candidatura e na altura de fazer o cálculo para receber os fundos desse quadro. Tendo em conta que ficamos desta forma prejudicados por uma dívida de uma empresa intermunicipal que, embora possamos continuar a concorrer a esse fundo se tivermos obras que se enquandrem nessas características, iremos fazer de forma mais limitada, achamos que seria muito pertinente solicitar a este executivo que façam um maior controlo sobre as contas e actividades da Resitejo e que apresentem mais informações a esta assembleia sobre as contas desta empresa. Gostaria também de perceber se poderíamos ter alguma obra que ainda se pudesse enquadrar nesta candidatura.” -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

= **Intervenção do Senhor Deputado Nuno Gomes** – “O Senhor Deputado questionou o executivo sobre algumas infraestruturas do Município tais como: -----

- **Rotunda da Ponte da Pedra** - Pelo o que ouvi, há uma verba destinada a essa obra, qual o ponto de situação, pois entristece-me muito ver uma zona de passagem de muita gente estar abandonada daquela maneira. -----

- **Iluminação pública Rotunda da Atalaia** – Tenho conhecimento que a iluminação pública entre a Rotunda e a Atalaia está desligada durante toda a noite, gostava de saber se é tarefa da Câmara Municipal ou de outra entidade. -----

- **Maus cheiros na Rua** – Outra situação quando aqui cheguei saltou não à vista mas ao cheiro, porque é que continuamos com este cheiro insuportável nalguns dias e se não pode ser feito nada a este respeito. --

- **Superfície comercial Intermarché** – Qual o ponto de situação, vai ser construído ou não?” -----

= **Intervenção do Senhor Deputado José Chambel** – “Boa noite a todos. A pergunta que queria fazer já o Senhor Deputado Nuno Gomes a fez, mas vou questionar pois tenho ouvido as mais variadas coisas e não sei se é com o sentido de denegrir a Câmara. Dizem que a obra do Intermarché não começa por culpa da Câmara, porque não tem os estacionamento e para as descargas os carros têm de fazer cem metros de marcha atrás. Pediram alteração à Câmara e esta a recusou. Eu não acredito, e gostaria que o presidente me esclarecesse.” -----

= **Intervenção do Senhor Deputado Inocêncio Cruz:** -----

= **Loja Social** - “Quero tratar um assunto que é deveras delicado. É delicado porque diz respeito às funções de pessoas e sobretudo das funções de pessoas que exercem funções públicas, quer sejam funcionários públicos, quer sejam autarcas regionais e nacionais quer

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

também os executivos, políticos e assembleias municipais e da nossa postura perante as coisas. Isto tem a ver com o que se diz ou não, e sobretudo com as vozes que se levantam e cada vez mais, porque a comunicação é rápida e porque todos temos acesso a muitas comunicações, facebook e a informação acaba muitas vezes por ser contraditória e a denegri as pessoas. Eu não gostaria de entrar por aí, mas gostaria de chamar atenção para o seguinte: chegaram-me várias vozes repetidamente e por isso trago hoje à Assembleia Municipal. Muitas vezes as pessoas não gostam de dar a cara, por qualquer motivo estão fragilizadas não querem dar a cara por causa da situação que estamos a atravessar, da crise social e política. Muitas delas têm vindo à Câmara Municipal pedir apoio e que atendidas pelo executivo que as encaminham para o serviço competente para que estes possam vir a dar resposta, mas se calhar o apoio não chega para todos. O problema não está aí, porque o fato de não chegar para todos temos que racionar, mas as queixas é que não há apoio para alguns mas o há para outros que até têm bons carros. Isto para mim vai denegrir muito a nossa função e se isto é verdade então temos de atuar, vai denegrir também a imagem de quem faz alguma coisa, a loja social não é só, a Câmara, é também a Cáritas, o Patas, muita boa gente que quer ajudar os outros e está a ser colocada em cheque no sentido em que estamos a privilegiar mais uns do que outros e se calhar aqueles que devíamos apoiar não estamos a apoiar. Isto é muito complicado, porque temos de gerir isso e temos de dar uma resposta às pessoas que nos vêm com estas conversas, por isso peço ao executivo, para pedir aos seus técnicos para serem muito criteriosos, para que sejam mesmo rigorosos, porque não podemos levantar estas suspeitas nestes momentos de crise em que todos nós vivemos. Isto tem de acabar não só na área do social, como em todas as outras áreas, que normalmente vimos envolvidas as outras pessoas.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Quem está em cargos públicos está a ser escrutinado por toda a gente e nós temos de ter essa preocupação. Eu orgulho-me em ser funcionário público, e sei que a nossa vida está a ser apontada por toda a gente, mas a verdade é que nós temos de lutar pela nossa causa pública, ou seja, fazer com que não exista este tipo de comentários.” -----

= **Intervenção do Senhor Deputado Eduardo de Oliveira – Solidariedade** - “A importância da solidariedade, é que é mais importante fazer do que falar.” -----

= **Inspecção ao Município** – “Em Fevereiro de dois mil e catorze o Senhor Presidente da Assembleia informou que estava a decorrer uma inspecção e auditoria normal à Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha no controlo da contratação pública e do urbanismo administrativo local autárquico, qual o ponto de situação.” -----

O Senhor **Presidente da Assembleia** tomou a palavra para informar o Senhor Deputado Eduardo que ainda não tinha recebido informação sobre a inspecção e auditoria ao Município. -----

Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara esclareceu os Senhores Deputados do seguinte: -----

= **Candidaturas** – “A dívida da Resitejo, nos termos da Lei 73/2013, tem de ser integrada na dívida de cada um dos Municípios. Não há limitação na nossa autarquia por haver dívidas da Resitejo. Em termos de endividamento a Câmara Municipal tem margem disponível de endividamento para projetos comunitários até final do QREN e do PRODER.” -----

= **Rotunda da Ponte da Pedra** – “Esta rubrica está inserida no orçamento para 2015 mas o Senhor Deputado sabe muito bem que o Orçamento Geral do Estado nos últimos dois anos diminuiu, em transferências para as autarquias, treze vírgula cinco por cento. Há uma hierarquia de prioridades. Não se pode fazer tudo, faz-se o que é

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

possível, se não houvesse redução nas transferências do orçamento geral do estado, certamente fariamos mais.” -----

= **Iluminação Pública** – “Há uma preocupação por parte do Município sobre a questão da iluminação pública. Temos situações complexas de de tesouraria. Haverá que fazer alguma contenção nos custos. Isso é público e notório. É recorrente nesta assembleia a questão das despesas públicas e a contenção da despesa. Temos que agir com moderação sem por em causa a segurança das pessoas e dos seus bens.” -----

= **Suinicultura** – “Existem maus cheiros na vila, há poluição ambiental. A instalação tem licença e passou todas as inspecções. Está certificada e está legal. Foram feitas várias queixas junto da Agência Portuguesa do Ambiente, e vou fazer o ponto da situação junto dessa entidade” -----

= **Intermarché** – “Sobre esta questão anda para aí um grande reboiço. Ponto da situação: O processo deu entrada nos serviços em treze de Novembro de dois mil e treze, com a viabilidade de destaque de uma parcela, ou seja, a propriedade não era do Intermarche, mas sim de dois co-proprietários. Em Fevereiro esse destaque foi deferido pela Câmara Municipal e foi possível construir dois prédios autónomos. Igualmente, em Fevereiro houve o licenciamento do projeto de arquitetura. Em Março foi licenciado o projeto de arquitetura com o posto de abastecimento de combustível e foi aprovado o projeto pela protecção civil. Em Abril as peças de substituição da arquitetura do estabelecimento teve aprovação favorável condicionável com a entrega da retificação do posto de abastecimento de combustível. Ainda em Abril foi entregue o plano de demolição, o projeto de especialidades. Em Maio entregaram o projeto do posto de combustível e o qual foi aprovado. Neste momento já foram entregues no dia vinte e quatro de Setembro de dois mil e catorze, as últimas peças as quais tem a ver com correções ao projeto de arranjos exteriores. As informações que tenho são estas. ----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

= **CEI'S** – Quanto à questão dos CEI'S, Senhor Deputado Inocêncio e neste momento, com exceção da área de educação, não podemos contratar. Pelo contrário, tivemos que reduzir dois por cento dos funcionários. Depois temos a questão da apreciação técnica e da qualificação do pessoal desempregado, que com as leis vigentes, só podemos fazer candidaturas CEI'S aos trabalhadores a receberem subsídio de desemprego. Todos estes processos passam pela assistente social que perante o relatório social analisa o caso. Em relação aos apoios da Loja Social temos que acreditar nos nossos técnicos que têm dados objetivos. Eu já recebi, no atendimento ao público, pessoas que indiciam sinais exteriores de riqueza e que me vieram pedir géneros alimentícios. Quero dizer, confio nos meus técnicos para fazer as apreciações com plena autonomia e imparcialidade. Eles fazem as suas apreciações em conformidade com a lei. Os casos são presentes à reunião de parceiros da loja social e não quero meter-me nesse seu trabalho, que julgo imparcial” -----

Foi dada novamente a palavras aos Senhores Deputados: -----

= **Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo** – “Pode ter sido má compreensão da nossa parte, estes empréstimos são para financiar projetos em atraso relativos ao QREN, certo? Queríamos saber é se a Câmara está de facto a fazer conta de fazer candidaturas por ter projetos do outro quadro comunitário e aos quais possam vir a ter necessidade de apoio.” -----

O Senhor Deputado teve como resposta do Senhor Presidente da Câmara: -----

“Os projetos do QREN estão todos em fase final e a Câmara tem alocados meios financeiros para suportar a participação nacional.” -

= **Intervenção do Senhor Deputado Inocêncio Cruz** – A primeira coisa que comecei logo por dizer é que era uma matéria muito sensível e

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

muito delicada aquela de que eu ia falar, porque não quero acusar ninguém e nem estou aqui para isso. O que eu pedi é que houvesse esse rigor e que isso acontecesse nessa perspetiva. Não estou a dizer que os técnicos são ou deixam de ser. Eu fui “porta voz” de alguma coisa que ouvi de pessoas que vieram ter comigo, portanto isto é recorrente, já não é a primeira vez, nem a segunda e tenho ficado na expectativa. Eu não duvido que os técnicos façam o seu serviço, eu quero e estou crente é que todos nós tenhamos de ser rigorosos nesta área que é muito sensível, para que depois não tenhamos aqueles comentários que vamos ouvindo e que nos vai denegrindo todos nós, quer ao executivo quer a Assembleia e aos próprios técnicos que fazem este trabalho.” -----

----- **O Senhor Deputado**
teve como resposta do Senhor Presidente da Câmara: -----

“Eu percebi Senhor Deputado, por isso é que lhe dei o exemplo daquela pessoa que nós pensamos que tem alguma capacidade financeira e de facto não tem. Esta temática social é uma matéria muito complexa e deverá ser tratada com especial dever de cuidado.” -----

= **Intervenção do Senhor Deputado Nuno Gomes** – “Eu falei na rotunda porque como sítio onde muita gente passa e concerteza passa menos gente pelas cancelas do parque, que estão constantemente abertas e essa verba dava para um pequeno embelezamento na rotunda. Já não é do tempo do Senhor Presidente como líder desta câmara, mas é um exemplo dos custos serem colocados noutros locais.”

= **Intervenção do Senhor Deputado Vitorino Monteiro** – “Boa noite a todos. A cancela da rodoviária da Praia do Ribatejo a norte da ponte encontra-se danificada. Pretendo saber se a Câmara Municipal tem conhecimento e quem foi o autor do acidente. Passei lá, reparei e julgo que tenho de avisar as autoridades a quem direito.” -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Senhor Deputado teve como resposta do Senhor Presidente da Câmara: -----

“Não tenho conhecimento da mesma, nem me fizeram chegar essa de informação. A cancela da ponte e a respectiva ponte, são do Município de Vila Nova da Barquinha e do Município de Constância em compropriedade.” -----

--- ATENDIMENTO AO PÚBLICO -----

----- Nesta altura, Senhor Presidente da Mesa colocou à consideração dos Senhores Deputados, nos termos regimentais, a proposta de passagem ao período destinado à intervenção do Público, o que foi aprovada por unanimidade. Para se pronunciar inscreveu-se o Senhor Município, Paulo Tavares; -----

= Município Paulo Tavares – “Boa noite a todos, Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, o que me trás aqui é novamente a situação com os esgotos do Cardal. Há alguns dias atrás, tornou a chover substancialmente e o problema continua. Era para ficar referenciado em ata que eu estive aqui a alertar novamente, no sentido de pressionar os serviços da Câmara para a resolução daquela situação. A solução, é barata, à semelhança de outras que estão feitas aqui no concelho que é fazer um bypass do esgoto para o ribeiro. Está feito noutros sítios aqui no concelho, não criaram problemas. Quando chove a água é muita e era situação de resolução fácil e barata junto à passagem de nível do Cardal. Vejo que devido à situação financeira, e há sempre esta referenciação de haver crise e assim não se faz a obra, não se fazem rotundas, esgotos, não se faz nada e eu começo a ficar preocupado porque é um problema que existe há muitos anos. Já é do tempo em que o Senhor Presidente da Assembleia estava no executivo. Na altura o Senhor Presidente não quis resolver e agora também não está resolvido. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A outra situação que me traz cá é algo positivo, para se não dizer que só digo mal do concelho, hoje venho dizer que algo está bem feito neste concelho. A limpeza da freguesia de Vila Nova da Barquinha. Nunca este concelho teve as ruas de Vila Nova da Barquinha tão limpas como as que tem agora. Isto vai ao encontro de um pressuposto que anteriormente afirmava, é que afinal a fusão de duas freguesias não foi mal, pois resolveu uma situação que era precária, a limpeza de antigamente era precária, hoje é boa. Quando eu afirmei que defendia apenas duas freguesias neste concelho, afinal se existisse só apenas duas freguesias possivelmente tínhamos o concelho bem limpo como está a freguesia de Vila Nova da Barquinha e provavelmente os custos podem até ser menores do que antigamente, isto é que é interessante.” -

-Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara referiu o seguinte:
“Só dizer que registei a pressão e agradeço os elogios à limpeza.” -----

Neste momento Senhor Presidente da Assembleia propôs aos Senhores Deputados a alteração da Ordem de trabalhos, que o ponto número cinco passe a ser o ponto oito, porque merece uma discussão mais profunda. Foi aprovada por unanimidade. -----

-----///-----

Neste momento o senhor Presidente das Assembleia Municipal propôs um intervalo de dez minutos antes de iniciar a Ordem de Trabalhos-----///-----

-Ponto dois - Informação escrita a apresentar pelo Senhor Presidente da Câmara ao abrigo da alínea c) do n.º2, do art.º 25º, da Lei n.º75/2013, de 12 de Setembro. -----

Foi concedida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentar a informação da atividade municipal ao abrigo da alínea c), do número dois, do artigo vinte e cinco, da Lei número setenta e cinco de doze de Setembro de dois mil e treze. – **(vide anexo 4)** -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Foi concedida a palavra aos Senhores Deputados a fim de solicitarem os seguintes esclarecimentos: -----

= Intervenção da Senhora Deputada Paula Duarte. -----

= Pavilhão Desportivo Escola D. Maria II- “solicito esclarecimento em relação ao primeiro ponto da informação, a empreitada de remodelação da Escola D. Maria II relativamente ao Pavilhão Desportivo. Tendo em conta que se estão a inciar os trabalhos de demolição do pavilhão existente e que o novo pavilhão estará concluído em dois mil e quinze gostaria de saber e tendo em conta a abertura do ano letivo se há algum constrangimento ao normal funcionamento das aulas de educação física.” -----

= Intervenção do Senhor Deputado Eduardo de Oliveira. -----

“Sobre a informação escrita aprez-me registar a informação detalhada que nos é apresentada. Há aqui alguns lapsos porque certamente não houve revisão do trabalho, em relação aos alunos inscritos há lapsos em diversas colunas. -----

= Loja Social – “Indica na informação escrita que se procedeu a um reforço ao nível de apoio alimentar no que concerne à composição de cabazes, bem como o alargamento de famílias que se encontram a beneficiar sessenta e dois agregados.” -----

= Cantinas Sociais – “O parágrafo é idêntico ao da Loja Social, mas diz que o apoio alimentar é só a cinquenta e oito agregados. Em relação às Cantinas Sociais questiono o seguinte: Diz aqui que o Município em parceria está a apoiar setenta e cinco refeições diárias, na informação escrita de Junho eram noventa e cinco refeições.” -----

= Horta Social – “Em relação a este assunto diz que são quatro agregados, na informação de Junho eram sete, qual a razão desta redução? Aparentemente tudo estaria pior e se fosse analisar diria que se reduziu porque afinal está melhor, mas certamente não é o caso.” ----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

= **Processo Judicial número um** – “Destá vez já não vem indicado e foi retirada a última informação que dizia «em vinte de Março tinha sido enviada nota ao Tribunal dos montantes depositados à ordem do expropriado.» Continuamos sem saber quanto é que foi depositado à ordem do expropriado.” -----

= **Processo Judicial número dois e cinco** – “Foram decididos pelo Tribunal Constitucional também não sei bem o quê.” -----

= **Concurso Chefes de Divisão** – “Na última sessão o Senhor Presidente informou-nos que estava a decorrer o concurso para Chefes de Divisão, nesta informação nada nos diz. Gostava de saber o ponto de situação desse concurso.” -----

Termino com uma frase, para resolver os problemas económicos é extremamente fácil o que é preciso é dinheiro.” -----

= **Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo.** -----

Neste momento as Câmaras são tornadas mais em casas de caridade: é cantina social, é horta social, é o rendimento social de inserção, é a loja social. Não tenho nada contra isto, essencialmente terei alguma coisa contra a caridadezinha e contra as pessoas esquecerem-se de lutar pela dignidade do ser humano, isto é o que me faz confusão. Hoje em dia, infelizmente e até me tira um pouco do sério e mexendo comigo a expressão vamos indo, a pouco e pouco vamos sendo absorvidos por esta questão, da sopa dos pobres, pela caridade, e às vezes lutamos pouco ou reenvindicamos pouco por aquilo que é a dignidade da pessoa humana. No meio disto tudo também se gasta dinheiro do erário público, até porque o encerramento dos postos de saúde é contra até aquilo que aprovamos na última assembleia, assinou-se manifestos em que todos estivemos de acordo, aqui todos assinamos. Isto também é político, Senhor Presidente, que adquirir uma viatura de nove lugares vai resolver um problema mas não será sempre assim. As Câmaras não

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

devem substituir em determinadas circunstâncias o que deve ser feito pelo estado. Às Câmaras ao longo dos anos foram-lhes retiradas as capacidade de fazerem obras por administração direta.-----

Relativamente ao acordo que foi feito com o Comité Português para a Paz e Cooperação que promove uma exposição sobre a primeira grande guerra mundial, para quando se realizará a exposição?” -----

= **Intervenção do Senhor Deputado Nuno Gomes.** -----

= **Pavilhão Desportivo Escola D. Maria II** - “Se foi devidamente ponderado, estamos a destruir um pavilhão e não temos o outro pronto. Estamos com o tempo como está e não sei como é que os alunos da escola vão ter a disciplina de educação física.” -----

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para informar os Senhores Deputados do seguinte: -----

= **Pavilhão Desportivo Escola D. Maria II** - “Há articulação entre o Município e o Agrupamento de Escolas. O Presidente da Câmara esteve presente nessas reuniões. Sobre a intervenção que está a decorrer, entendeu-se, numa primeira fase, que o pavilhão pudesse ficar disponível, excluindo os balneários, ainda durante o Inverno e antes da entrega da obra. Mas à cautela, porque poderia haver algum acidente, entendemos avançar para uma segunda solução, disponibilizando as piscinas municipais e o campo de futebol da escola Ciência Viva, assim como o pavilhão da mesma. Com esta solução a questão das aulas de ginástica das escolas ficou assegurada.” -----

= **Lapsos na Informação Escrita** - “Senhor Deputado Eduardo Oliveira, é verdade, errar é humano. Só para ter a noção eu hoje saí daqui às oito e meia e cheguei eram vinte e uma horas. Não estive na Câmara Municipal mas sim na Comunidade Intermunicipal. Outra prenda que nos deixaram, a de sermos representantes da região. Poderá a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

informação ter lapsos mas tenho a preocupação de contar tudo sobre o Município.” -----

= **Cantinas Sociais** – “Tem razão, de facto perante os dados anteriores houve uma diminuição.” -----

= **Processo Judicial um** – “Provavelmente o Drº João, que faz este acompanhamento, não fez a referência do seguinte despacho: “vinte de Março de dois mil e catorze em cumprimento do artigo 71º do Código das expropriações foi remetido ao Tribunal Judicial do Entroncamento notas discriminativa e justificativa dos cálculos depositados à ordem da expropriada a título de justa indemnização”. Quando este processo findar serei a primeira pessoa a lhe remeter o respetivo cálculo da respetiva indemnização.” -----

= **Processo dois** – “Não tive tempo de ver o processo. Depois dar-lhe-ei a informação. Tem a ver com a Optimus.” -----

= **Acordo com o Comité Português para a Paz e Cooperação** – “Este é um projeto em parceria com a Câmara de Constância e com a Câmara de Loures. Acordamos a feitura de uma exposição sobre a primeira guerra mundial mas tudo aponta que Constância realize a sua exposição em Outubro/Novembro e em Janeiro/Fevereiro será a vez da Barquinha.” -----

= **Concurso de Chefes de Divisão** – “O Concurso terminou. O processo está no meu gabinete para notificação dos interessados.” -----

O Senhor Deputado Nuno Gomes solicitou da palavra para referir o seguinte: -----

“Em relação à minha questão da educação física, eu não sou professor de educação física, mas se tivesse aqui um colega de educação física não iria ficar muito agradado por ter de alterar e não dar desportos coletivos. Presumo que o pavilhão da Escola Ciência Viva não tenha balizas e que seja pequeno. O campo da referida escola é muito bom

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

mas não é para quando chove.” -----

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para esclarecer o Senhor Deputado do seguinte: -----

“Tem razão Senhor Deputado mas para haver obra nova tem sempre de haver inconvenientes, temos é de os atenuar, que é o caso.” -----

Ponto três – Tomada de posição das Ligas dos Amigos dos Hospitais de Abrantes, Tomar e Torres Novas sobre a aplicação da Portaria nº82/2014, de 10 de Abril. (Vide anexo 5)-----

Os Senhores Deputados interviram para expôr o seguinte: -----

= **Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo** – “Este documento vai ao encontro de uma Moção aprovada em anterior Assembleia, que a CDU apresentou e reflete a gravidade da situação em que nós estamos fartos de batalhar e de discutir e que a saúde é uma das prioridades do país e ninguém está a dar importância ao caso. As pessoas estão ao abandono e já há casos graves em termos de saúde, pessoas que não têm condições para irem ao médico. Eu sou do concelho de Ourém e sei do que falo. Há pessoas lá que já não se deslocam para ir ao médico.”-----

= **Intervenção do Senhor Deputado César Cardigos** – Leu uma intervenção cujo tema é “Posição dos Autarcas Socialistas sobre a Portaria nº82/2014 de 10 de Abril”. **(vide anexo 6)** -----

= **Intervenção do Senhor Deputado Eduardo de Oliveira** – “Não queria deixar de dizer e que ficasse registado que sou extremamente sensível às preocupações gerais neste campo bem como ao caso apresentado pelas Ligas.” -----

= **Intervenção do Senhor Deputado Inocêncio Cruz** – “Em primeiro lugar vou-vos dizer que os eleitos da CDU estavam certos e estão um passo à frente muitas das vezes de tudo o resto. Aquilo que vocês fizeram na última Assembleia Municipal levantar este problema veio

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

depois a ser colmatado pela intervenção dos nossos amigos das Ligas dos Hospitais, Torres Novas, Tomar e Abrantes. Saliento que mais uma vez vocês estão à frente e congratulo-os. Isto é uma situação que estava adormecida e na minha opinião ainda continua. O que me preocupa bastante é que, havia alguém que dizia «não tenho medo dos que vêm para a rua, tenho medo é daqueles que ainda estão em casa e que ainda não vieram para a rua», mas eu acho que começa a ser tempo. Eu não estou aqui no tempo do PREC, mas algumas vezes apetecia-me que estivessemos nesse tempo, no sentido bom, de irmos para a rua discutirmos as coisas, falar das coisas, dizer o que nos vai na alma, dizer que não estamos de acordo, ou dizer que sim, está bem, acabou. Eu acho que a comunicação social tem um papel importante e está muito calada neste tempo, de divulgar este tipo de situações. Também cabe-nos a nós fazer esse papel, se não for a comunicação social. Eu sei que é muito lirismo da nossa parte, eu sei que está tudo de acordo com as normas legais, foi tudo aprovado em Assembleia da República, mas é necessário fazermos alguma coisa, sob pena de sermos nós um dia caírmos naquelas camas de hospital e depois quando gritarmos ninguém nos ouve, porque nós também não gritamos pelos outros.” -----

= Intervenção do Senhor Presidente da Assembleia – “Eu penso que a solução para esta situação é tomar a posição de apoio à Liga e divulgar os documentos que esta assembleia divulgou, por exemplo através do jornal da Câmara. Infelizmente não podemos fazer mais nada, é uma situação incompreensível.” -----

Tendo sido colocada à votação as a proposta de divulgação dos documentos apresentados e discutidos, esta foi aprovada por unanimidade com 19 votos a favor, dos Senhores Deputados Paula Duarte e João Filipe Ricardo da CDU, Eduardo de Oliveira, Nuno Gomes e Anabela Queiroz do PPD/PSD, Manuel de Oliveira do CDS

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

e João Alves Gralha, Paulo Constantino, José Chambel, José Pereira de Sousa, César Barros Cardigos, Inocêncio Cruz, Manuel Cardoso, Vitorino Monteiro, Benjamim Reis, João Fernando Machado, Miguel Homem e Manuel Honório, Rui Monteiro Picciochi do PS. -----

-----Este ponto da ata foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. -----

Ponto quatro – Pedido de autorização, nos termos do n.º2 do art.º 64º da Lei n.º83-C/2013, de 31 de Dezembro, para abertura de procedimento concursal comum com vista a constituição de três relações jurídicas de emprego público. -----

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para expôr o assunto em epígrafe. -----

“Conforme a informação que têm na vossa posse a questão que se coloca é o contrato de execução em termos de Educação. Na sequência desse contrato de execução, à data da transmissão dos direitos e deveres, foram transferidos para o Município de Vila Nova da Barquinha todos os recursos humanos para satisfação das necessidades da educação: assistentes técnicos, assistentes operacionais e também uma psicóloga. Como sabem, essa relação de trabalhadores foi publicada em Diário da República. Na sequência da aposentação de vários trabalhadores, este tipo de contratação está excessionada na Lei, porque é uma competência do Administração Central e que à data, em dois mil e nove, a autarquia assumiu. Assim, devido à aposentação de três trabalhadores precisamos preencher estes três lugares. São estes lugares que venho solicitar autorização à assembleia para esta analisar a possibilidade de abertura de procedimento concursal.” -----

Dada a palavra aos Senhores Deputados inscreveram para se

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

pronunciar os Senhores: -----

= Intervenção do Senhor Deputado Eduardo de Oliveira – “Sempre que acontece este pedido, e já não é a primeira vez pedido, para que sejam admitidos novos funcionários questiono sempre porque é que isto não é pensado no ano anterior quando é apresentado o Orçamento Documentos Previsionais de Gestão. Em relação a isto estamos aqui sempre, todos ouvimos, os problemas económicos e financeiros da própria câmara e permita-me dizer que a despesa mais representativa da Câmara é a rubrica de custos com o pessoal, porque a percentagem deste custos é elevadíssima e, ou conseguimos ultrapassar essa situação ou podemos também correr o risco de que a crise que tanto falamos possa vir a atingir a própria câmara o que seria extremamente grave. Este assunto para mim é um pouco complicado e não o entendo de todo, por isso não vou votar favoravelmente e como não tenho todos os dados vou-me abster nesta votação.” -----

= Intervenção do Senhor Deputado Inocêncio Cruz – “Eu vou votar a favor, porque chega-nos sempre de que há falhas em termos de pessoas e há necessidades que é preciso colmatar. Presumo que esta proposta vem nesse pressuposto por isso irei votar a favor.

Gostava de saber se nestes lugares já estão pessoas contratadas? Gostava de saber se nos outros concursos que aprovamos em anteriores assembleias quantas pessoas concorreram, e das pessoas que ficaram se alguma já era contratada ou não. Porque isto não pode ser uma forma de colocar no quadro contratados a exercer já funções na Câmara, para não se ouvir comentários que os concursos são para funcionários que já estão na Câmara. Por isso, é que digo que temos de ser muito rigorosos naquilo que se faz, que é para ninguém nos possa apontar nada.” -----

= Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo – “Nós às

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

vezes somos acusamos de ser do contra mas geralmente apresentamos argumentos e sabemos o lado onde estamos. Nós não andamos a arranjar guerras nem nada, por coisas que não valem a pena. Nós aqui partimos do pressuposto que a Câmara está a cumprir o que é previsto na Lei, que as pessoas fazem falta, portanto não vou aqui questionar mais nada. Gostaria que houvesse algum cuidado na informação que chega sobre a abertura deste concurso, porque isso passa muito despercebido.” -----

Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara informou do seguinte: -----

“Respondendo ao Senhor Deputado Eduardo de Oliveira. É extremamente difícil fazer essa previsão. Tudo tem a ver com o pedido à Caixa Geral de Aposentações cujo deferimento só acontece um ano e três meses depois. Não podemos, com alguma antecipação, prever estas situações. Quando o funcionário pede a aposentação não tem de informar previamente a entidade patronal que tem essa vontade. Informo que o Senhor Manuel Antunes foi um dos aposentados, motorista de categoria D. Estamos a falar de transporte escolar dos alunos. Como sabem existe um controle legal de utilização dos autocarros que tem períodos de descanso, paragens obrigatórias, e possuir condutor substituto. Ou seja, no mínimo temos de ter três motoristas para os transportes escolares que são feitos pela Câmara. Todos os concursos têm de ser publicitados e têm tramites legais. Têm de passar pela Câmara, são publicados nas atas, etc. Todas as pessoas têm acesso às informações. Em termos publiciddae o aviso de abertura tem que ser, obrigatoriamente, publicado em Diário da República.” -----

Tendo sido colocada à votação a proposta de divulgação dos documentos apresentados e discutidos, esta foi aprovada por maioria com 3 abstenções dos Senhores Deputados Eduardo de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Oliveira, Nuno Gomes e Anabela Queiroz do PPD/PSD e 16 votos a favor, dos Senhores Deputados Paula Duarte e João Filipe Ricardo da CDU, Manuel de Oliveira do CDS e João Alves Gralha, Paulo Constantino, José Chambel, José Pereira de Sousa, César Barros Cardigos, Inocêncio Cruz, Manuel Cardoso, Vitorino Monteiro, Benjamim Reis, João Fernando Machado, Miguel Homem e Manuel Honório, Rui Monteiro Picciochi do PS. -----

-----Este ponto da ata foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. -----

-----**////**-----

Nota: O ponto cinco será discutido no final da Ordem de Trabalhos.-----////**-----**

Ponto Seis – Fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), artigo 112º, nº5, do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI) e Majoração das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), a aplicar a prédios degradados. -----

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentar o ponto número seis. -----

“Primeiro que tudo fiz na respectiva informação uma recordatória das taxas vigentes do ano passado, para termos a noção até que ponto se fundamentam as nossas decisões. Quero recordar que a Câmara deliberou, para dois mil e catorze, 0,8% para os prédios enquadrados na alínea b) do artigo cento e doze do número um do CIMI, ou seja, prédios degradados; e 0,32% para os prédios integrados na alínea c), ou seja, que são os prédios avaliados nos termos do CIMI. Em termos de receitas de IMI: de quatro de Setembro de dois mil e treze até quatro de Setembro de dois mil e catorze, temos um aumento previsível de receita de quatrocentos e onze mil euros seiscentos oitenta e um, zero sete, ou seja, em síntese, há um ligeiro aumento na receita. Face às situações

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

conjunturais, nomeadamente às situações de elevado encargos de impostos entendo que devemos manter a taxa para os prédios urbanos avaliados já nos termos do CIMI e aplicar uma taxa dos prédios em dobro, dos prédios considerados devolutos. Isto é uma questão nova que aqui vem à Assembleia. A Lei permite que se faça a qualificação dos prédios devolutos através de um procedimento interno, que neste momento está a decorrer, com audiência prévia dos interessados após as respectivas notificações. Tendo em conta na listagem que está em anexo e que foi enviada aos Senhores Deputados. Por último, aplicar também para os prédios degradados uma majoração de 0,30% por analogia do que foi aplicado no ano passado.” -----

Para intervir neste ponto inscreveram-se os seguintes Deputados: --

= Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo – “A Câmara apresenta as propostas e certamente que estudou o assunto, mas gostaria de saber se não havia hipótese de nos avaliados a taxa ir para o mínimo, 0,30%.” -----

= Intervenção do Senhor Deputado Eduardo de Oliveira – “Sobre este assunto eu não poderia deixar de registar que no ano passado este assunto veio à Assembleia em Junho e voltamos agora ao que é normal, porque é nesta altura que estas taxas têm de ser aprovadas até Novembro. Também gostaria de dizer que esta vez, porque a proposta seria mais uma vez rejeitada, tal como foi há um ano, que era baixar a taxa do IMI, de 0,32% para 0,30%. Em relação a este assunto confunde-me que venha aqui uma amalgama de impostos, vem o IMI, vem as casas degradadas e vem uma coisa nova. Nova? Os devolutos, não é novo pois a Lei é de dois mil e seis. Estranho como é que uma Lei de dois mil e seis a Câmara só agora se lembrou disto. Eu tive o cuidado, de em relação às casas devolutas, fui observar algumas e questioneei, esta casa é devoluta? Será que a Câmara admitia que aquela casa fosse

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

habitada, se a casa é uma ruína completa? São várias nesta situação. Questionou se foi averiguada a possibilidade dos proprietários recuperarem essas casas. A pouco o Senhor Presidente, salientou isso, que dadas as dificuldades da Câmara não podia fazer determinadas obras, nomeadamente a obra da rotunda e queremos obrigar os proprietários, sem saber se têm condições para executar esses trabalhos. Isto lembra-me uma notícia que veio ainda há dias, no Mirante, que certamente todos leram, que a Câmara da Barquinha em relação a uma das esculturas que estava a ser vandalizada, entrapou. Quando nós vimos isto, será que nós temos moral para exigir aos nossos munícipes o pagamento em dobro da taxa do IMI de casas que estão totalmente em ruínas, dizendo que elas estão desocupadas. Tudo isto, e algumas destas situações se viessem isoladas eu não votaria contra mas como isto vem um conjunto a minha votação não pode ser outra do que contra esta proposta.” -----

= **Intervenção do Senhor Deputado Inocêncio Cruz** - “No ano passado foi mais cedo, porque o Senhor Eduardo esqueceu-se de dizer que foi ano de eleições. -----

A taxa aplicável a prédios urbanos sejam elevados ou o dobro nos casos de prédios que se encontram devolutos há mais de um ano, ou seja, isto não tipifica rigorosamente nada, não coloca nenhum valor, dobro de quê? De que valor? O 0,6% passa de 0,32% e para 0,64%. -----

Colocou as seguintes questões: -----

- Dos prédios que estão degradados e devolutos consegue-se saber se os proprietários têm pago o imposto devido, isto é, o prédio A está considerado devoluto, tem a taxa para pagar, questiono se o proprietário foi pagar essa taxa? Porque se tivermos a aumentar a taxa e ele nunca mais pagar, não vale a pena. -----

- Sabemos que neste momento o problema de venda de casas, o

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

imobiliário está parado, sabemos que as pessoas não têm dinheiro para construir, não têm dinheiro para recuperar, mas também sabemos que temos as casas devolutas e estamos aqui num dilema muito grande. Até que ponto nós vamos aplicar uma majoração de 30% ou o dobro, será que vão pagar esse imposto, e têm-no pago? Se não pagam não vale a pena estarmos a aprovar grande coisa porque senão estão a cair em saco roto. Temos de saber se as pessoas que têm estes prédios têm ou não condições de o pagar.” -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Assembleia para referir o seguinte: -----

“Eu penso que esta parte dos prédios devolutos terá que ser revista, porque há aqui situações que conheço que não são casas devolutas, nem estão desocupadas, são pessoas que têm duas casas, não tem nada uma coisa a ver com a outra.” -----

= Intervenção do Senhor Deputado Nuno Gomes – “Em relação à votação destes documentos em conjunto não tem grande lógica. Quanto aos devolutos estamos a penalizar uma pessoa que se calhar não tem capacidade para fazer as obras. Eu também me lembro que há muitas casas que podem ser devolutas, não estão degradadas quando se vê por fora e quando o avaliar, e muitas das avaliações são feitas no google, sem avaliar por dentro, mas sim pela área que têm. Eu até tenho um caso pessoal que o meu filho herdou, por fora está boa, mas por dentro tem que ser reconstruído e está avaliado num valor que é um absurdo. Passar o IMI para o dobro não tem lógica. Isto poderia ser um incentivo ao arrendamento, mas para isso tinham de ser recuperadas. Será que os proprietários têm capacidade de as recuperar? Será que o nosso concelho precisa assim tanto de mercado de arrendamento? Será que não há aí casas para arrendar se for necessário?” -----

= Intervenção do Senhor Deputado Manuel Cardoso – “Boa noite.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Tanco tem vinte e três casas degradadas que não são casas, estão totalmente degradadas, é um monte de ruínas que está ali. Nada me choca que o IMI seja a dobrar, porque o IMI que pagam são vinte e cinco tostões.” -----

= **Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo** – “Em relação a este agravamento há gente que poderá por desleixo não ligar à casa, mas poderá haver gente que não pode e de fato reconheço que não são situações fáceis de ver e nós temos dúvidas. Uma outra coisa, que o Deputado Nuno chamou a atenção é que para ser mais justo deveria haver uma votação separada, porque não são situações iguais.” -----

= **Intervenção do Senhor Presidente da Assembleia** – “Uma coisa é devoluto outra é desocupada, pois a casa pode ser uma segunda habitação e não ser devoluta. Uma pessoa pode muito bem ter duas casas, uma de habitação permanente e outra para quando se desloca.”

Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara esclareceu os Senhores Deputados do seguinte: -----

“Em relação à percentagem de 0,30% é porque entendemos que devemos ter o princípio da estabilidade dos impostos. É um critério. Temos concelhos vizinhos que aumentaram 33% de IMI. Eu sou apologista de haver uma estabilidade nos impostos. Quanto à questão das ruínas e dos prédios degradados e devolutos. Há para aqui uma grande confusão e é melhor pôr o ponto na ordem nos trabalhos se não é complicado. A Lei, referente a prédio devoluto, estipula: «...para efeitos da aplicação da taxa de Imposto Municipal sobre imóveis considera-se devoluto o prédio urbano ou fração autónoma que durante um ano se encontra desocupada...». Ou seja, se o prédio está desocupado durante uma ano poderá considerar-se devoluto. São indícios da desocupação a inexistência de contratos em vigor com empresas de telecomunicações, fornecimento de água, gás e eletricidade. Não se consideram devolutos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

«...os prédios urbanos destinados à habitação por curtos períodos de férias, praias, campos, termas, ou quaisquer outros lugares de vigilância para arrendamento temporário ou para uso próprio...». «...Durante o período em que decorram obras de reabilitação certificadas pelo Município cuja conclusão de construção ocorra a menos de um ano...». Isto é, não é devoluto porque a administração local o considera desocupado. Este processo só será definitivo em termos jurídicos após a audição das partes. Recebemos cartas onde se alega, por exemplo, que não têm contrato de água porque têm furo. Só após um processo imparcial e de qualificação é que os vamos considerar os prédios devolutos. O prédio degradado ou em ruínas terá um agravamento de 30%. Tentem saber quanto é que vos pedem por um prédio em ruínas. Eu fiz a experiência, na baixa da Barquinha e pediram-me setenta mil euros, cinquenta mil euros e sessenta mil euros. Toda a gente critica a Câmara por deixar cair os prédios, que a baixa da Barquinha está feia, etc. Temos de fazer alguma coisa, não podemos ficar a olhar e não fazer nada. Se vocês analisarem os valores patrimoniais destes prédios verificam que são valores que não contêm índices de conforto do novo código de IMI, são prédios em que a taxa de IMI é residual. Com a classificação das ARU's, e o Município está a fazê-la, neste momento para além de Tancos e Vila Nova da Barquinha, já veio aqui à Assembleia Municipal a Moita do Norte, estamos neste momento a trabalhar a Atalaia e a Praia do Ribatejo, e a seu tempo os presidentes das Juntas de Freguesia serão auditados para opinar sobre essa temática. Temos de saber até que ponto há incentivos fiscais para os próprios proprietários, e da possibilidade de alocar fundos comunitários para recuperação do património imobiliário. Quem passa pelo meio da Moita do Norte verifica que é uma dor de alma o abandono de alguns prédios urbanos situados na Rua Direita. Em relação ao

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

controlo do imposto este é sempre efectuado pela Autoridade Tributária que cobra o imposto e por isso leva 2,5% de taxa que retêm pela sua cobrança aos Municípios. Com a nova Lei das Finanças Locais parece, ainda não é certo, que vamos ter dados objetivos sobre os impostos municipais, porque até agora essa informação era negada. O que vinha era um bolo per si, se queríamos saber o quantum de imposto um prédio não tínhamos informação bastante pois era invocado o sigílo fiscal.” -----

Dada novamente a palavra aos Senhores Deputados expuseram o seguinte: -----

= **Intervenção do Senhor Deputado Inocêncio Cruz** – “Senhor Presidente falou aí de umas coisas muito importantes, que era importante que viesse na informação, que era o atual valor patrimonial do IMI, porque se nós tivéssemos esse valor aqui seria para nós mais fácil avaliar a realidade da situação dos prédios. Eu sei, que pode ser complicado, é verdade, mas não sei se é impossível.” -----

Teve como resposta do Senhor Presidente da Câmara: “Senhor Deputado eu acabei de dizer que pedindo à Autoridade Tributária, esta não cede os valores da informação sobre determinados tipos de prédios. Invocam sigílo fiscal e não cedem. As últimas interpretações da Lei das Finanças Locais apontam, e eu estive reunido com Autoridade Tributária, de cederem os dados às Autarquias uma vez que são elas o sujeito com destino final do imposto. Mal essa questão seja colocada e que seja fornecida a informação ao Município terei muito gosto em a facultar até para uma apreciação objetiva e precisa de todos os dados.”

= **Intervenção do Senhor Deputado Eduardo de Oliveira** – “Tenho a minha decisão tomada mas só gostaria de dizer o seguinte, é que esta lei em relação ao devolutos veio porquê? Veio dado o novo regime de arrendamento urbano que tem diversos Decretos Leis, que pretendia

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que as casas que estivessem devolutas fossem colocadas à disposição dos Municípes. O que acontece no concelho de Vila Nova da Barquinha, pelo o que eu conheço e julgo não estar enganado, é que esta situação não se põem, porque nós percorremos o concelho e em todas as freguesias há muitas casas vagas e muitas casas à venda porque não há interessados nelas. Por isso, é que defendo a baixa do imposto, tanto mais que este imposto tem subido substancialmente. Nós não nos podemos esquecer, e o antigo presidente defendeu isso no início quando foram estas alterações do IMI, que na altura era a contribuição autárquica que de acordo com a subida do IMI haveria uma reversão a favor dos Municípes no IRS. O aumento do IMI é substancial, quando nós olhamos em dois mil e dez o IMI não chegava a quatrocentos mil euros, no ano passado ultrapassou os quinhentos e trinta mil euros. São aumentos substanciais que não vão beneficiar o concelho no sentido de atrair mais pessoas, o concelho está a perder habitantes, um dos incentivos que poderíamos ter era ter o IMI mais baixo. Não há dinheiro para obras porque temos de pagar as dívidas.” -----

Teve como resposta do Senhor Presidente da Câmara: “Se os prédios estão devolutos as pessoas tem de as colocar no mercado e faz todo o sentido que se faça. Mas para além desta questão levanta-se outra questão pertinente, é que no fundo vamos pressionar também os proprietários dos prédios que estão em ruínas. Depois do processo concluído terei muito gosto em trazê-lo aqui e provavelmente contarem-se pelos dedos das mãos as casas consideradas devolutas.” -----

= Intervenção do Senhor Deputado Eduardo de Oliveira – Eu posso estar a perceber mal, mas penso que não, na realidade um prédio devoluto vai pagar 0,64%, ou seja vai pagar três vezes mais, e um prédio degradado vai pagar 0,30%. Então eu tenho um prédio que este ano está devoluto porque não habito, está em bom estado por fora, mas

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

por dentro está inabitável, então eu vou deitar as paredes abaixo, porque assim começa a ser considerado degradado e devoluto, mas paga como degradado. Acho que não tem lógica, é um incentivo para deitar as paredes abaixo.” -----

Tendo sido colocada à votação a proposta de Fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e Majoração das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), a aplicar a prédios degradados, esta foi aprovada por maioria com 5 votos contra dos Senhores Deputados Eduardo de Oliveira, Nuno Gomes e Anabela Queiroz do PPD/PSD, João Filipe Ricardo e Paula Duarte da CDU, 4 abstenções dos Senhores Deputados José Chambel, Inocêncio Cruz, César Barros Cardigos do PS, Manuel de Oliveira do CDS e 10 votos a favor, dos Senhores Deputados João Alves Gralha, Paulo Constantino, José Pereira de Sousa, Manuel Cardoso, Vitorino Monteiro, Benjamim Reis, João Fernando Machado, Miguel Homem e Manuel Honório, Rui Monteiro Picciochi do PS. -----

-----Este ponto da ata foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. -----

Ponto Sete – Fixação da Participação no IRS para o ano de 2015.--
Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentar o referido ponto. -----

“Em todos os Municípios nos termos da Lei número setenta e três de dois mil e treze os Municípios têm direito em cada ano a uma percentagem variável até 5%. Mantendo o que vem do antecedente, invocando o princípio da estabilidade dos impostos proponho à Assembleia 4,5%, sendo 0,5% entregue aos Municípes.” -----

Para intervir neste ponto inscreveram-se os seguintes Deputados: --
= Intervenção da Senhora Deputada Paula Duarte – “Acerca da Fixação da participação no IRS para o ano de 2015, votaremos contra,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

pelos seguintes motivos: -----

Criam-se dois fatores de discriminação, não só entre concelhos, mas também pela aplicação da regra que pressupõe que quem mais desconta, mais beneficiado fica. Logo, utilizando a totalidade dos 5% diretamente no orçamento do executivo, distribui-se de forma mais justa e equitativa este valor pelos munícipes, pois é aplicado em obras e serviços no concelho, que servem a todos. Este é um imposto de gerência Estatal e está elevado, a nível nacional e não exclusivamente local, portanto se a ideia é aliviar ou compensar as pessoas, que se reduza o IMI, que incide num dos principais fatores de bem estar da população, a habitação. O IMI é, este sim, um imposto de natureza local." -----

= Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo – “A minha companheira e camarada de bancada já disse o essencial. Eu também acho que atrás de um conceito de justiça, de uma ajuda que a Câmara possa prestar com esta diminuição, há de fato uma arbitrariedade, porque isto depende de um critério da vontade de cada autarquia e cria uma situação de desigualdade de concelho para concelho com reflexo nos respetivos munícipes ao contrário de um conceito de igualdade e de universalidade que deveria existir neste tipo de coisas, até porque a justiça social não se faz na área da tributação, faz-se na área da repartição. Para nós estes benefícios, este abatimento que em termos práticos no cidadão de parques rendimentos, isto, não se vai refletir.” ----

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para referir o seguinte: -----

“Respeito a opinião, é uma questão de opção política a fixação dos impostos municipais.” -----

Tendo sido colocada à votação a proposta de Fixação da Participação no IRS para o ano de 2015, esta foi aprovada por

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

maioria com 2 votos contra dos Senhores Deputados João Filipe Ricardo e Paula Duarte da CDU e 17 votos a favor dos Senhores Deputados Eduardo de Oliveira, Nuno Gomes e Anabela Queiroz do PPD/PSD, Manuel de Oliveira do CDS, José Chambel, Inocêncio Cruz, César Barros Cardigos, João Alves Gralha, Paulo Constantino, José Pereira de Sousa, Manuel Cardoso, Vitorino Monteiro, Benjamim Reis, João Fernando Machado, Miguel Homem e Manuel Honório, Rui Monteiro Picciochi do PS. -----

-----Este ponto da ata foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. -----

-----///-----

Neste momento o Senhor Presidente da Assembleia propôs o prolongamento da sessão até ao terminus da ordem de Trabalhos. Foi aprovado por unanimidade por todos os presentes. -----

-----///-----

Ponto Oito – Fixação da Derrama para o ano de 2015. -----

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentar o referido ponto. -----

“Foi uma temática que trouxemos para a reunião de Câmara após uma discussão extremamente intensa e partilhada de todos os vereadores, onde houve a cooperação de todos. O órgão executivo deliberou no sentido da não discriminação das empresas a laborar e daquelas que possam vir a instalar durante o próximo ano. Atendendo ao quadro comunitário 2014/2020, quer nos planos regionais, quer nos nacionais, direccionados para a competitividade e para as empresas, propomos a isenção da derrama para o ano de dois mil e quinze. Foi uma decisão deliberada por unanimidade na Câmara e que trazemos aqui para a Assembleia Municipal se pronunciar sobre este assunto.” -----

Para intervir neste ponto inscreveram-se os seguintes Deputados: --

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

= **Intervenção do Senhor Deputado Nuno Gomes** – “Folgo em ver que a proposta inicial foi alterada e muito bem, dou os parabéns ao executivo, porque não tinha sentido haver discriminação das empresas que estão no concelho e as que vem de fora.” -----

= **Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo** – “Nós votaremos a favor disto, se bem que não sei se há empresas que têm lucro, se há falidos, não há dados concretos na informação da Câmara Municipal.” -----

Tendo sido colocada à votação a proposta de Fixação da Derrama para o ano de 2015, esta foi aprovada por unanimidade 19 votos a favor dos Senhores Deputados João Filipe Ricardo e Paula Duarte da CDU, Eduardo de Oliveira, Nuno Gomes e Anabela Queiroz do PPD/PSD, Manuel de Oliveira do CDS, e José Chambel, Inocêncio Cruz, César Barros Cardigos, João Alves Gralha, Paulo Constantino, José Pereira de Sousa, Manuel Cardoso, Vitorino Monteiro, Benjamim Reis, João Fernando Machado, Miguel Homem e Manuel Honório, Rui Monteiro Picciochi do PS. -----

-----**Este ponto da ata foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos.** -----

Ponto Cinco – Pedido de aprovação de Constituição da Associação de Município do Vale do Tejo – Lei nº 36/2014, de 26 de Junho, bem como os seus estatutos. -----

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentar o referido ponto. -----

“Houve uma discussão profíqua sobre este assunto. O assunto foi seis vezes a reunião de Câmara. O que significa que havia muitas dúvidas e havia algumas questões pertinentes essencialmente nas opções que temos de tomar face aos condicionalismos que vivemos. A Assembleia Distrital por imperativo legal nos termos da Lei trinta e seis de dois mil

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

e catorze deverão ser extintas. Há a possibilidade, em termos legais, de passar para a) Comunidade Intermunicipal que coincide parcial ou total com o respectivo território, neste caso o distrito. Da comunidade intermunicipal do Médio Tejo, existem concelhos de outro distrito, Sertão e Vila de Rei, distrito de Castelo Branco, b) para qualquer município do distrito ou, c) para uma associação de municípios. Este assunto foi várias vezes a reunião de câmara porque fomos os primeiros a apresentá-lo em reunião de câmara. Todavia, ouvimos quais são as posições dos municípios da nossa região. Todos os municípios votaram a favor da adesão a esta associação, à exceção do município de Vila de Rei que, em Assembleia Municipal, rejeitou participar na constituição desta associação, não aqui, porque pertence à assembleia distrital de Castelo Branco. Esta situação foi muito debatida devida à inexistência de regras de quaisquer estudos de sustentabilidade ou viabilidade. O que está aqui em causa é a transmissão do património como o Arquivo Distrital de Santarém e a Colónia Balnear da Nazaré, que neste momento se encontra degradada, para uma nova associação de municípios. A inexistência de quaisquer estudos de sustentabilidade ou viabilidade, as despesas manutenção e mais tarde de recuperação das infraestruturas levaram a que alguns vereadores, neste tema, colocassem as suas reservas sobre a não adesão a esta associação. Devemos, nos tempos que correm, ter especial cuidado com o assumir de compromissos com repercussões no futuro. Deve ser a preocupação de qualquer autarca nos tempos que correm. Esta questão deve ser decidida numa análise rigorosa, fundamentada, detalhada e ponderada, levando em conta, essencialmente, o futuro das futuras gerações. Houve grande debate e a questão que trago aos ilustres deputados é a possibilidade ou não, da adesão a este tipo de associação.” -----

Para intervir neste ponto inscreveram-se os seguintes Deputados: --

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

= **Intervenção do Senhor Deputado César Barros** – Apresentou uma proposta. **(Vide anexo 7)** -----

Posta à votação a admissibilidade da proposta apresentada foi aprovada por unanimidade pelos presentes. -----

As duas propostas foram discutidas em conjunto. -----

= **Intervenção do Senhor Deputado Eduardo de Oliveira** – “Acho interessante a apresentação da proposta e abstenho de a comentar. Gostaria de saber em relação a esta situação da nova associação por causa da Assembleia Distrital três coisas que me meteu muita confusão. Eu vejo nesta informação que vem detalhada contrariamente a outras que menciono e ao ler as contas apresentadas, conta de gerência de um de Janeiro a trinta e um Dezembro de dois mil e treze diz aqui: «...a Câmara de Vila Nova da Barquinha tem débitos pendentes de cinquenta e um mil novecentos e cinquenta e quatro euros, noutra local mais cento e oitenta e dois euros, noutra quinze euros...», e isto confunde-me, a Câmara nunca assumiu esses débitos? Eu devo dizer isto porque eu fui ver às outras dívidas e estes valores não constam. Quer dizer, há aqui uns débitos da Câmara que não estão contabilizados ou não está correcto. Como é que isto se trata?” -----

= **Intervenção da Senhora Deputada Paula Duarte** – “Em relação à proposta, mais concretamente ao ponto número cinco, concordamos que de fato poderá ser a ponte entre as duas comunidades intermunicipais que neste momento dividem o distrito, que acaba por trazer alguns benefícios nesse sentido, aproximar alguém que quer puxar o património para si e podia pôr o património ao dispor de todos. Mantêm-se os postos de trabalho dos funcionários, salvaguarda-se o património independentemente seja ele património arquivístico e outro edificado que está neste momento degradado. A proposta dos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

estatutos foi já discutida nas Comunidades Intermunicipais e as próprias ficaram reticentes com a questão da remuneração do secretário geral. Nós temos a nossa posição em relação a estes estatutos mas temos estas reservas, nomeadamente achamos que estes estatutos deveriam ser revistos no que toca à figura do secretário geral e à sua possível remuneração. Todo o artigo vinte e dois demonstra que há aqui uma estrutura talvez demasiado pesada para uma associação que se cria em tempos de crise. Outra das nossas reservas é que daqui poderão advir mais encargos para as Câmaras nomeadamente na recuperação de património que possa estar degradado, devoluto.” -----

= **Intervenção do Senhor Deputado Nuno Gomes** – “Eu só espero que a Câmara da Nazaré não vote como nós votamos para triplicar o IMI e que não seja devoluto por não estar lá ninguém.”-----

= **Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo** – “Sobre isto a minha colega já disse alguma coisa e é curioso que nós discutimos isto com algumas dúvidas, inclusive eu achava que isto era a criação de mais uma associação, mais uma coisa que não se sabe bem para quê. Acho que este processo em termos de união ou de coesão do distrito e pode ser uma coisa importante e é uma forma de descalçar a bota, isto se calhar também não é nenhum drama. Se isto fosse entregue para sul do distrito se calhar a Câmara de Santarém de alguma forma apanhava tudo e as coisas poderiam gerar algum conflito. Se houver aqui algum cuidado com o que nos parece que pode ser um encargo, não se arranjar mais um tachozinho para alguém com esta questão do secretário geral. Em relação à colónia balnear está fechada mas há trabalhadores relacionados com o arquivo distrital. Na minha opinião ou se agarra nisto mesmo assim e se tenta fazer o possível e se as Câmaras se entenderem outra solução poderá também ser arranjada no futuro ou então isto pode arranjar aqui um problema mais chato de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

divisão das próprias Câmaras e de disputa. Nós não votaremos contra se não se pega nisto não estou a ver outra solução.” -----

= **Intervenção do Senhor Presidente da Assembleia** – “Eu também pertenço à assembleia distrital por enerência de cargo e é preciso perceber duas coisas muito importantes que se passam. Com a extinção dos Governos Cívicos ficaram os patrimónios. O problema da Assembleia Distrital de Santarém é que têm um património que é o edifício onde funcionava o arquivo distrital e a colónia balnear de férias. Algumas Câmaras levantaram um problema que era uma pena perder-se o património especialmente a colónia de férias. A colónia de férias é só o edifício, que se encontra construído num terreno doado só para aquele fim. Há um projeto aprovado para a colónia balnear de recuperação não só devido à degradação do edifício como o edifício já não cumpre a legislação atual. Conheço o edifício e informo-vos que está completamente degradado, só um edifício quase completamente novo, o que irá custar milhões. Assembleia tem dinheiro, cerca de trezentos e tal mil euros em caixa e mais uma parte das Câmaras que não pagaram. Havia uma percentagem do FEF que ia para as Assembleias Distritais, a partir da altura em que estas foram desativadas as Câmaras deixaram de fazer as transferências. -----

O meu problema não é fazer a obra, é saber o custo de manutenção deste empreendimento. A minha posição é muito clara sobre isto é que sem um estudo de viabilidade económica nós não devemos interferir. O problema da coesão do distrito, para mim isto não tem a ver com a coesão porque se trata de uma associação específica para um determinado fim. -----

O que a lei determina é que no caso de não aceitarmos o património, irá para o estado ou para uma associação ou para uma Câmara. Ninguém apresentou a viabilidade de construção do edifício por isso

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

esta proposta apresentada vai no sentido de verificar se é viável, e qual o custo da obra. Nós estamos numa zona marítima, a manutenção de um edifício daqueles é enorme. Eu defendo esta proposta não no sentido de ficar de fora, mas saber e ter a consciência do que se está a aceitar.” -----

Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara esclareceu o seguinte: -----

“Quanto à questão do Senhor Deputado Eduardo muito obrigado pelo elogio em relação à apresentação do documento. Informo que nós não pagamos porque não houve facturação. O que está nas contas é seiscentos e tal mil euros de créditos e nós, como sócios, também temos direito aos créditos e não só aos débitos. -----

Em relação à questão da Senhora Deputada Paula Duarte á revisão dos estatutos não vamos colocar essa questão, porque o que está em discussão e a adesão ou não à associação, caso seja aprovada a adesão então podemos discutir os estatutos. -----

Respondendo à questão do Senhor Deputado Nuno Gomes, do edifício da Nazaré estar em ruínas ou, devoluto, informo que aquele edifício é património público, logo está isento de IMI. -----

Quanto à questão do património da Assembleia Distrital informo que é onde funciona a Direcção Geral de Arquivos, que depende do Secretaria de Estado da Cultura, e que não paga renda.” -----

Posta à votação a proposta apresentada pelo Partido Socialista, esta foi aprovada por maioria com 3 abstenções dos Senhores Deputados Eduardo de Oliveira, Nuno Gomes e Anabela Queiroz do PPD/PSD e 16 votos a favor dos Senhores Deputados João Filipe Ricardo e Paula Duarte da CDU, Manuel de Oliveira do CDS, e José Chambel, Inocêncio Cruz, César Barros Cardigos, João Alves Gralha, Paulo Constantino, José Pereira de Sousa, Manuel Cardoso,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Vitorino Monteiro, Benjamim Reis, João Fernando Machado, Miguel Homem e Manuel Honório, Rui Monteiro Picciochi do PS. -----

-----Este ponto da ata foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. -----

Terminada a Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada esta sessão ordinária desejando a todos os presentes um bom fim-de-semana e para constar se lavrou a presente ata que depois de aprovada, vai ser assinada pelos senhores Presidente da Assembleia Municipal e Secretários: -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal

(Rui Monteiro Picciochi)

O Senhor Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia

(João Manuel Alves Gralha)

O Senhor Segundo Secretário da Mesa da Assembleia Municipal

(Inocêncio Rodrigues Cruz)

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

LISTA DE ANEXOS

| | |
|----------------|---|
| Anexo 1 | Lista de Expediente |
| Anexo 2 | Intervenção Política da CDU, lida pelo Senhor Deputado João Filipe Ricardo, cujo tema “Unidade, Coesão e Confiança” |
| Anexo 3 | Moção apresentada pelos eleitos da CDU cujo tema é “FAM – Fundo de Apoio Municipal” |
| Anexo 4 | Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara |
| Anexo 5 | Mail da Liga dos Amigos do Hospital de Torres Novas cujo tema é “Tomada de posição das Ligas dos Amigos dos Hospitais de Abrantes, Tomar e Torres Novas sobre a aplicação da Portaria nº82/2014, de 10 de Abril |
| Anexo 6 | Intervenção política do PS, lida pelo Senhor Deputado César Barros, cujo tema é “Posição dos Autarcas Socialistas sobre a Portaria nº82/2014 de 10 de Abril” |
| Anexo 7 | Proposta apresentada pelo Partido Socialista a não adesão à constituição da Associação |